

Veto Total nº 117/17

AO EXPEDIENTE

Em: 14 AGO 2017

Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

15 AGO 2017

Protocolo: 158/17

Processo: 158/17

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 183 , DE 14 DE AGOSTO DE 2017. 15 AGO 2017

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.
15 AGO 2017
1º SECRETARIO



EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Dispõe sobre prazo e condições de restauração da pavimentação danificada por serviços realizados pelas prestadoras de serviços públicos e privados, contratadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos e privados.”, encaminhado a este Executivo com a Mensagem nº 228/2017-ALE, de 2 de agosto de 2017.

Nobres Parlamentares, o Autógrafo de Lei nº 726, de 2 de agosto de 2017 padece de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa e invasão de competência, visto que compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei que dispõe sobre as atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos do Executivo, nos termos do artigo 39, § 1º, inciso II, alínea “d”, *in verbis*:

Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.

Também, apresenta vício de inconstitucionalidade vez que fere o artigo 65, inciso VII, da Constituição do Estado de Rondônia, o qual estabelece sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, a seguir transcrito:

Art. 65. Compete privativamente ao Governador do Estado:

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei;

Destarte, importante mencionar que é vedado aos Poderes imiscuir-se na independência um do outro, consoante o Princípio da Separação dos Poderes, tutelado pela Constituição Estadual, no artigo 7º, como se verifica:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer a de outro.

Cumpre registrar que o município possui competência exclusiva e comum, não cabendo ao Estado legitimidade acerca dos serviços públicos de interesse da comunidade local.

Assinatura

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
14 AGO 2017
Solange Costa



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Relativamente sobre a matéria, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da ADI nº 21092689620168260000, entendeu que a lei em exame verdadeiramente promove intervenção na atividade relacionada à Administração Pública, a cargo do Chefe do Executivo, ao tentar regulamentar a forma de prestação dos serviços públicos, inclusive a de reparos do calçamento/asfaltamento danificados para realização de tais obras, exercendo indevida influência na função de administrar, conforme transcrição:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL Nº 5.741, DE 16 DE MARÇO DE 2016 - MUNICÍPIO DE CATANDUVA - INICIATIVA PARLAMENTAR – LEI QUE DISPÕE SOBRE PRAZO E CONDIÇÕES DE RESTAURAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DANIFICADA POR SERVIÇOS REALIZADOS PELAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS, CONTRATADAS, PERMISSIONÁRIAS E CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS - INVASÃO DA COMPETÊNCIA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - INGERÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO - VÍCIO DE INICIATIVA CONFIGURADO - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES – AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, 47, II, XIV E XIX E 144, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – OCORRÊNCIA, ADEMAIS, DE VÍCIO MATERIAL, POIS COMPETE PRIVATIVAMENTE À UNIÃO LEGISLAR SOBRE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÃO, NOS TERMOS PREVISTOS PELO INCISO XXVII DO ARTIGO 22 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA – AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE, PARA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SEM REDUÇÃO DE TEXTO DO ART. 1º, CAPUT, DA NORMA, A QUAL DEVE SER APLICADA APENAS AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PRIVADOS DO MUNICÍPIO.

(TJ-SP - ADI: 21092689620168260000 SP 2109268-96.2016.8.26.0000, Relator: João Negrini Filho, Data de Julgamento: 15/03/2017, Órgão Especial, Data de Publicação: 17/03/2017) (grifo nosso)

Diante do exposto, o Autógrafo de Lei oriundo dessa Egrégia Assembleia Legislativa contraria a Constituição Federal e Estadual, posto que incide em vício de inconstitucionalidade por afronta à iniciativa privativa do Executivo, contida no artigo 39, § 1º, inciso II, alínea “d”, e no artigo 65, inciso VII, da Constituição do Estado de Rondônia, e por afronta ao Princípio da Separação dos Poderes e à autonomia municipal prevista no artigo 7º, da Constituição Estadual e no artigo 18, da Constituição Federal, impondo-se a necessidade de veto total.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador